

AUDIÊNCIA INSTÂNCIAS TRIPARTITES

15 DE JULHO

1. Viola o princípio federativo e o princípio da autonomia administrativa:

- Artigo 18 da Constituição Federal – princípio federativo
- Artigo 211 da Constituição Federal – prevê competências concorrentes sem subordinação

AUDIÊNCIA INSTÂNCIAS TRIPARTITES

15 DE JULHO

2. Enfraquece e dificulta decisões

- Instâncias dominadas por interesses setoriais e corporativos
- Dificulta decisões técnicas
- Atrasa e trava a ação dos responsáveis

AUDIÊNCIA INSTÂNCIAS TRIPARTITES

15 DE JULHO

3. Fragiliza responsabilidades e “accountability”

- Dilui responsabilidade: cria zona cinzenta
- Enfraquece mecanismos de prestação de contas
- Fragiliza a democracia, o voto e a responsabilidade dos eleitos

AUDIÊNCIA INSTÂNCIAS TRIPARTITES

15 DE JULHO

4. Atrasa execução orçamentária e aumenta a burocracia

- Tudo depende de reuniões intermináveis
- Complica ainda mais o que já não é simples
- Cria entraves e desculpas para travar a liberação de recursos

AUDIÊNCIA INSTÂNCIAS TRIPARTITES

15 DE JULHO

5. Incompatível com a lógica de redistribuição de recursos

- Regras atuais obedecem critérios objetivos (valor/aluno/ano)
- Instâncias tripartites e outros podem comprometer o princípio redistributivo
- Estados mais ricos ou “pactos” oportunistas podem aumentar desigualdades

AUDIÊNCIA INSTÂNCIAS TRIPARTITES

15 DE JULHO

6. Contradiz e viola o papel normativo da União

- Art. 222, para. 1º, e art. 206, alínea VII:
 - “competete à União coordenar a política nacional, garantindo padrões mínimos de qualidade e igualdade de condições para acesso e permanência”.
- Também já está consagrada a regra para financiamento: com base em estudos técnicos, projeções demográficas e fiscais – e não com base em negociações.

AUDIÊNCIA INSTÂNCIAS TRIPARTITES

15 DE JULHO

7. Mais uma jabuticaba: nenhum país adota mecanismos semelhantes:

- **Portugal:**
 - Ministério defini normas gerais, municípios implementam
- **Chile:**
 - Ministério define normas com base em critérios universais; escolas recebe recursos diretamente do governo com base em fórmulas objetivas.
- **Estados Unidos:**
 - (Maioria) dos estados estabelecem regras gerais/mecanismos compensatórios. Decidem aceitar ou não repasses federais.
 - Distritos escolares operam sistemas escolares
- **Alemanha e Suíça**
 - Inexiste Ministério da Educação
 - Instâncias federais exercem caráter consultivo e de harmonização, mas não regulam nem financiam.
 - Entes federados possuem total autonomia

AUDIÊNCIA INSTÂNCIAS TRIPARTITES

15 DE JULHO

8. Em síntese - A ideia de instâncias tripartites e participação de não-eleitos:

- Viola a Constituição
- Reduz o poder do voto
- Complica o que já não é simples
- Dilui responsabilidades
- Em nada vai ajudar a melhorar a educação

AUDIÊNCIA INSTÂNCIAS TRIPARTITES

15 DE JULHO

9. Resta perguntar:

- Quem ganha com isso? A resposta é simples:

Os mesmos grupos que estão pressionando os parlamentares pela aprovação dessas aberrações

AUDIÊNCIA INSTÂNCIAS TRIPARTITES

15 DE JULHO

OBRIGADO.

João Batista A. e Oliveira
Presidente, Instituto IDados

jmeduc@gmail.com

15 de Julho de 2025

